



Carta Política de Lançamento

Comitê Popular das Águas do Ceará e do Rio Grande do Norte

Nenhum poço a mais para o agronegócio!

Nós, integrantes de movimentos sociais do campo, camponeses e camponesas, jovens, pescadores e pescadoras, residentes de comunidades rurais e das cidades, militantes de organizações da sociedade civil, pastorais sociais, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, comprometidos/as com a luta em defesa da água e da vida, reunidos/as na cidade de Apodi no dia 19 de maio de 2016, fundamos o Comitê Popular das Águas do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos, fizemos uma série de denúncias e reivindicações aos órgãos que teriam por obrigação legal implementar, regular, coordenar e fiscalizar uma gestão sustentável dos recursos hídricos, de acesso à água, bem como de garantir sua preservação, que não foram escutadas nem atendidas. Preocupados/as que a água, bem comum e essencial à vida de todos os seres, cujo acesso é um direito humano, seja subordinada pelos poderes públicos aos interesses privados e à lógica empresarial, é que criamos o Comitê Popular das Águas: para que a água não seja abusada, roubada, privatizada, exportada e contaminada.

No Ceará e no Rio Grande do Norte, empresas do agro e hidronegócio perfuram a cada dia mais e mais poços profundos, se apropriando vorazmente das águas subterrâneas dos aquíferos e das águas superficiais dos rios e açudes.



Preocupados/as que a água, bem comum e essencial à vida de todos os seres, cujo acesso é um direito humano, seja subordinada pelos poderes públicos aos interesses privados e à lógica empresarial, é que criamos o Comitê Popular das Águas: para que a água não seja abusada, roubada, privatizada, exportada e contaminada.



A utilização intensiva de venenos por essas empresas contamina as águas superficiais e profundas, um crime ambiental que agrava a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, jovens e crianças. Enquanto isso, os(as) pequenos(as) agricultores(as) familiares, os(as) camponeses(as) da região veem seus poços secarem, pois estudos mostram que a capacidade de recarga dos aquíferos já vem sendo prejudicada, ocasionando o rebaixamento do seu volume hídrico.

O Estado, através das suas agências de gerenciamento, o Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN, e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, do Ceará, são coniventes com os interesses das grandes empresas que utilizam enormes volumes de água na produção, quando se trata da fiscalização e da responsabilização delas. Mas, quando se trata da agricultura familiar e camponesa, prevalecem a perseguição e a criminalização [...]

O Estado, através das suas agências de gerenciamento, o Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN, e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, do Ceará, são coniventes com os interesses das grandes empresas que utilizam enormes volumes de água na produção, quando se trata da fiscalização e da responsabilização delas. Mas, quando se trata da agricultura familiar e camponesa, prevalecem a perseguição e a criminalização daqueles/as que se servem dos aquíferos, rios e açudes para captar a pouca quantidade de água que precisam para irrigar seus cultivos tradicionais, a exemplo do famoso arroz vermelho, sendo estes/as considerados/as infratores/as e ameaçados/as como se fossem criminosos/as.

Historicamente as políticas públicas para o semiárido usam a seca como desculpa para direcionar os recursos oficiais de forma a manter inalterada a estrutura socioeconômica e política da região. Seja pela velha indústria da seca ou pela nova roupagem com que se revestem as diferentes formas de exploração econômica da natureza, como o agronegócio, mineração, carcinicultura, turismo predatório, parques eólicos.

Nesse contexto, as grandes barragens e açudes, os perímetros irrigados, a transposição das águas do rio



São Francisco têm em comum o fato de serem construídos pelas mãos de trabalhadores/as a quem é negado o direito de utilizar a água. Um exemplo disso é que comunidades situadas na proximidade dos grandes açudes, são abastecidas no período de estiagem por carros-pipas, não recebendo em casa ou nos roçados uma gota d'água sequer proveniente desses reservatórios.

No aprofundamento do conflito pela água, leis negam direitos aos/as camponeses/as, ao invés de garanti-los, sendo aplicadas com dois pesos e duas medidas. É o caso da Lei Complementar 569, publicada em abril de 2016 pelo governo do RN, que facilita que a água seja apropriada pelo agronegócio.

No que diz respeito a essa lamentável realidade, já foram acionados incontáveis vezes distintos governos estaduais, prefeituras municipais, câmaras de deputados, judiciário, ministério público, secretarias de meio ambiente, órgãos responsáveis pela gestão hídrica, na busca de que se dessem os encaminhamentos devidos para reverter essa situação de injustiça social e ambiental. Levamos nossas demandas também aos Comitês de Bacias que, embora se digam uma instância plural da sociedade civil, fazem ouvidos de mercador aos nossos pleitos e querem usar a nossa participação para dar legitimidade às suas ações. Com base nisso afirmamos que os Comitês de Bacias não nos representam.

Diante desse quadro, decidimos ecoar o nosso grito: “água é vida, por isso defendemos nossa água como defendemos nossas vidas!” Que esse grito se escute longe por todas as comunidades e povos, organizações e movimentos que enfrentam batalhas semelhantes em seus territórios e que sabem ser a água

Diante desse quadro, decidimos ecoar o nosso grito: “água é vida, por isso defendemos nossa água como defendemos nossas vidas!” Que esse grito se escute longe por todas as comunidades e povos, organizações e movimentos que enfrentam batalhas semelhantes em seus territórios [...]



Temos, ao longo do tempo nas nossas práticas, experiências e resistências, construído um modo de vida e de produção sustentável no que diz respeito à utilização da água e promoção de justiça ambiental e de igualdade entre homens e mulheres, geração de trabalhos dignos e produção de alimentos saudáveis, a partir de formas econômicas não predatórias, como o são os modos de vida comunitários, da agricultura familiar, agroecológica e camponesa.

um bem fundamental para fecundar os frutos das lutas pela terra, pela alimentação saudável, por segurança e soberania alimentar no campo e na cidade, bem como pela diversidade sócio produtiva e ambiental em todos os biomas.

Temos, ao longo do tempo nas nossas práticas, experiências e resistências, construído um modo de vida e de produção sustentável no que diz respeito à utilização da água e promoção de justiça ambiental e de igualdade entre homens e mulheres, geração de trabalhos dignos e produção de alimentos saudáveis, a partir de formas econômicas não predatórias, como o são os modos de vida comunitários, da agricultura familiar, agroecológica e camponesa.

Essas experiências são a base de um modo de produzir pautado não pela lógica da exploração e do eterno combate à seca, mas pela convivência com o semiárido, conhecendo e descobrindo seus potenciais. Consideramos predatório o modelo de monocultivo, vez que a demanda por água, como é o caso do melão e da melancia, responde a interesses de grandes empresas e do mercado, estranhos às necessidades das populações locais, cujos cultivos em sua rica diversidade combinam áreas de sequeiro e pequenas áreas irrigadas.

As alternativas econômicas que propomos decorrem de longa história de luta e aprendizados, incluem tecnologias e projetos que ampliam e democratizam o acesso à água para quem dela precisa e cuida, como é o caso da construção das cisternas para consumo e produção, dos barreiros-trincheiras, de pequenos sistemas de irrigação, da proposta de perenização do rio Umari - RN e de irrigação por gravidade na Chapada do Apodi.



Nossa causa é justa e de interesse de toda a sociedade. Lutaremos incansavelmente na defesa de água para o povo e proteção desse bem tão precioso, que é de todos nós e das futuras gerações. A água não é para ser expropriada e contaminada pelos projetos da morte das empresas do agrohidronegócio. A água é um bem da natureza a serviço dos seres vivos, que irriga a vida das comunidades tradicionais, da agricultura familiar, dos assentamentos rurais, do meio ambiente e do modo de vida camponês.

Através do Comitê Popular das Águas, reafirmamos a esperança e determinação de articular forças, conhecimentos e experiências na defesa da água como bem comum pertencente ao povo.

Assim é que, no dia de hoje e nos que se seguem, exigimos e nos posicionamos:

As águas são do povo! Nenhum poço a mais para o agronegócio!

- Articulação do Semiárido Potiguar - ASA Potiguar
- Assentamento Santa Cruz II - RN
- Associação Comunitária da Comunidade Rajada
- Associação Comunitária de Água Fria
- Associação Comunitária de Baixa Fechada II
- Associação Comunitária de Letícia
- Associação Comunitária de Moradores/as de Vila Nova
- Associação Comunitária de Nova Vida
- Associação Comunitária de Santa Cruz II
- Associação Comunitária de Santa Rosa II
- Associação Comunitária do Sítio Arção
- Associação Comunitária do Sítio Barra
- Associação Comunitária do Sítio Carpina
- Associação Comunitária do Sítio Fechada I
- Associação Comunitária do Sítio Juazeiro
- Associação de Agrovila Palmares
- Associação de Baixa Verde II
- Associação de Baixa Verde IV
- Associação do Projeto de Assentamento Caiçara
- Associação do Projeto de Assentamento Frei Damiano
- Associação do Projeto de Assentamento Laje do Meio
- Associação do Projeto de Assentamento Milagres
- Associação do Projeto de Assentamento Paraíso
- Associação do Projeto de Assentamento Paulo Canapum
- Associação do Projeto de Assentamento Portal da Chapada
- Associação do Projeto de Assentamento Santo Agostinho
- Associação do Projeto de Assentamento São Manoel
- Associação do Projeto de Assentamento Soledade
- Associação dos Agricultores de Lagoa de Salsa
- Associação dos Agropecuaristas de Vila Nova I
- Associação dos Mini Produtores de Córrego
- Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Bamburral
- Associação Rural de Tibau
- Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte
- Centro Terra Viva
- Centro Feminista 08 de março
- Comissão de Jovens STTR - RN
- Comissão Pastoral da Terra - CPT
- Comunidade de Lagoinha - Chapada do Apodi - CE
- Comunidade do Tomé - Chapada do Apodi - CE
- Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural - COOPERVIDA
- Diaconia - Umarizal/RN
- FAFIDAM/UECE - Limoeiro do Norte
- Fórum da Agricultura Familiar de Apodi - RN
- Fórum das Associações de Patu - RN
- Fórum das Associações de Upanema - RN
- Marcha Mundial e Mulheres
- Movimento 21 de Abril - M21 - CE
- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST
- Núcleo REEJA - Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental - UFC
- Núcleo TRAMAS - Trabalho, Ambiente e Saúde - UFC
- Pesquisadoras, Pesquisadores, Professoras, Professores e Estudantes do IFCE, IFRN, UFC E UFRN presentes
- Rede Xique Xique
- Sertão Verde - Campo Grande/RN
- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN
- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Baraúnas/RN
- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Caraúbas/RN
- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Governador D. Rosado/RN
- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Upanema/RN
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tibau/RN
- Sítio Mansidão - RN
- Sítio Melancias - RN